



REPRODUÇÃO DA MÃO DE OBRA EM PROPRIEDADES FAMILIARES: APONTAMENTOS A PARTIR DA SUCESSÃO GERACIONAL

**Rosani Marisa Spanevello
Sandro da Luz Moreira
Pamela de Melo Linke**

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a reprodução da mão de obra em propriedades familiares tem como norte a sucessão geracional. Na agricultura familiar, a gestão da propriedade é realizada efetivamente pelos membros da família, assim como o trabalho. A mão de obra é composta pelos gestores da propriedade (geralmente os pais) que repassam as técnicas de produção e trabalho aos filhos desde muito cedo. A partir do da revisão bibliográfica, percebe-se que a gestão das propriedades familiares é muito dependente da mão de obra familiar. Esta mão de obra familiar é composta especialmente pelos filhos que tendem a assumir o lugar dos pais como trabalhadores e gestores da ocupação agropecuária. Atualmente, a desistência dos filhos em seguir na ocupação paterna gera dificuldades na renovação da mão de obra familiar. Como consequência pode ocorrer problemas sociais relevantes no meio rural como é o caso do envelhecimento e masculinização do campo.

Palavras chave: Gestão. Gestão rural. Mão de obra. Sucessão geracional.

1 Introdução

Este artigo tem como pano de fundo a questão da mão de obra na agricultura familiar. O foco é analisar a reprodução mão de obra a partir da sucessão geracional.

A gestão ou administração rural pode ser compreendida como um conjunto de atividades que objetivam o planejamento, organização, comando e controle da propriedade rural, fornecendo subsídios para a tomada de decisão pelo produtor/gestor rural, de modo que esse possa gerenciar as atividades, maximizar a produção, minimizar custos, obtendo dessa forma, melhores resultados econômico-financeiro (SILVA, BUSS, 2011). O que distingue um gestor de um trabalhador são as questões que envolvem um teor considerável de pensamento e julgamento, com planejamento do seu negócio agrícola (KAY, 2014). Uma das questões do planejamento está em prever a manutenção do negócio no longo prazo, sendo a mão de obra uma variável importante neste processo.

Em se tratando da gestão na agricultura familiar, a gestão da propriedade é realizada efetivamente pelos membros da família, assim como o trabalho. A mão de obra é composta pelos gestores da propriedade (geralmente os pais) que repassam as



técnicas de produção e trabalho aos filhos, desde muito cedo. Neste contexto, as crianças auxiliam os pais nas atividades da propriedade, atuando como mão de obra e vão assumindo a responsabilidade sobre a propriedade até conquistarem a gestão plena (ABRAMOVAY et al., 1998).

A conquista desta gestão plena dá-se com o processo sucessório que representa a passagem da gestão dos negócios dos pais para os filhos ou filhas. (GASSON, et al., 1988; SPANEVELLO; LAGO, 2007). Deste modo, os filhos assumem o lugar dos pais como trabalhadores (agricultores) e também como gestores. No entanto, atualmente muitas propriedades familiares têm encontrado dificuldades em renovar a mão de obra em razão da desistência dos filhos de seguir na gestão dos negócios paternos.

Tendo como base as considerações acima, este artigo apresenta a discussão sobre gestão rural e as especificidades da gestão na agricultura familiar, com exposição do conceito de agricultura familiar, gestão rural, da gestão na agricultura familiar e da reprodução da mão de obra, seguido das considerações finais.

1. Gestão rural e as especificidades da gestão na agricultura familiar

1.1 Agricultura Familiar

Segundo a Lei nº 11.326 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera-se que para ser agricultor familiar, os mesmos devem ter as seguintes características quanto ao tamanho de área, mão de obra e trabalho: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2016).

Este segmento reúne o maior número de propriedades no país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas (ABRAMOVAY et al., 1998). De acordo como os dados do Censo Agropecuário de 2006, as principais cadeias produtivas produzidas pela agricultura familiar são: feijão (responsável por 70%), milho (46%), café (38%), arroz (34%), suínos (59%), aves (50%) e bovinos (com cerca de 30%).



Ainda, segundo o Censo Agropecuário (2006), 4.367.902 propriedades são consideradas familiares, representando 84,4% das propriedades brasileiras, ocupando 80,25 milhões de hectares, ou 24,3% da área ocupada do país. Segundo Braganolo e Barros (2015), a agricultura familiar é o setor que mais emprega ou ocupa pessoas comparativamente a agricultura não familiar. A Tabela 1 mostra a diferença de ocupação de acordo com os Censos, o qual verifica-se que, apesar na diminuição da ocupação da mão de obra na agricultura familiar ao longo dos Censo, em 2006, a agricultura familiar ocupa mais de 77% dos postos de trabalho contra 22,7 % não familiar.

Tabela 1 – Número de pessoal ocupado no meio rural, mão de obra contratada e mão de obra familiar segundo os Censos Agropecuários de 1970 a 2006.

Ano	Mão de Obra Familiar (nº de pessoas ocupadas)	%	Mão de Obra Contratada (nº de pessoas ocupadas)	%	Total
1970	14.096.417	80,2	3.471.463	19,8	17.567.880
1975	16.374.434	80,5	3.971.242	19,5	20.345.676
1980	15.642.854	73,9	5.520.875	26,1	21.163.729
1985	17.640.732	75,4	5.754.149	24,6	23.394.876
1995	13.607.876	75,9	4.322.977	24,1	17.930.853
2006	12.801.179	77,3	3.766.365	22,7	16.567.544

Fonte: Adaptado de Braganolo e Barros (2015).

Já o Censo Agropecuário de 2006, aponta que a maioria dos trabalhadores são homens, enquanto o número de mulheres ocupadas também era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (um terço dos ocupados). Em média, um estabelecimento familiar possuía 1,75 homens e 0,86 mulheres ocupadas de 14 anos ou mais. No Rio Grande do Sul, das 441.467 propriedades, cerca 378.546 (85,7%) são familiares, com renda média de R\$ 22.038,00 (enquanto no país a renda média é de R\$ 13.600,00), contribuindo com quase a metade (46,6%) da renda agropecuária do estado (IBGE, 2006).



2.2 Gestão rural

Segundo Dias (2001) a gestão é uma das funções da administração, uma não se faz sem a outra, estão ligadas. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar pessoas para atingir de forma eficiente e eficaz os objetivos de uma organização. E a Gestão é lançar mão de todas as funções (técnica, contábil, financeira, comercial, segurança e administração) e conhecimentos (Psicologia, antropologia, estatística, mercadologia, ambiental) necessários para através de pessoas atingirem os objetivos de uma organização de forma eficiente e eficaz (DIAS, 2001).

A gestão envolve metodologias e conhecimentos de diversas ciências, como Contabilidade, Direito, Economia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, entre outras. A gestão é uma área do conhecimento fundamentada em um conjunto de princípios, normas e funções elaboradas para disciplinar os fatores de produção, visando alcançar determinados objetivos, como a maximização de lucros ou a adequada prestação de serviço. A gestão moderna tem por princípios planejar, organizar, dirigir e controlar e, portanto, requer a elaboração de planos, relatórios, projetos, entre outros, seguindo a escola de Taylor (DIAS, 2001; CHIAVENATO, 2003; BUAINAIN, 2014).

Através dos conceitos formalizados na Administração empresarial nas escolas de Taylor, Ford e Fayol, percebe-se a necessidade de adaptar esses meios para empresas rurais e familiares sobreviverem e se tornarem dinâmicas no meio a qual estão inseridas, visando competitividade e sobrevivência. Para Silva e Buss, (2011) e SENAR (2015), a gestão está presente em uma empresa rural em todos os elos, indiferentemente de seu tipo ou propósito, e é associada há um conjunto de recursos e insumos, que são chamados de fatores de produção, sendo eles:

- O capital: que representa o conjunto de bens alocados sobre a terra, e possuem o objetivo de aumentar sua produtividade e ainda facilitar e melhorar a qualidade do trabalho humano, como, por exemplo, tratores, implementos, máquinas, equipamentos, animais de produção, todo tipo de bem que possui a função de transformar os recursos primários de produção, matérias-primas (os grãos, as forrageiras, o leite etc.) em bens e serviços que satisfaçam as necessidades do homem;
- A terra: onde são aplicados os capitais e se trabalha para obter a produção, deve ser considerado num sentido mais amplo: não apenas o solo que produz alimentos, mas todos os tipos de recursos naturais contidos no solo, como recursos hídricos, florestas,



pastagens, recursos minerais, entre outros que são utilizados nos sistemas produtivos vinculados ao solo;

- O trabalho: é o conjunto de atividades desempenhadas pelo homem, é relativo a todo tipo de esforço humano, físico ou mental, necessário para a realização das atividades, produtivas, administrativas, de gestão, de prestação de serviços, que resultem na produção de bens e/ou serviços agropecuários. Por exemplo, pode ser incluída neste item a mão de obra da família empregada no sistema produtivo da propriedade (SILVA; BUSS, 2011; SENAR, 2015).

No entanto, para uma gestão eficaz o conhecimento em administração representa um grande diferencial competitivo, seja pela rapidez na tomada de decisão, ou para resolver problemas, o fato é que a empresa, de qualquer tipo que seja ou seguimento em que atue, necessita de administração (SILVA; BUSS, 2011). Como, por exemplo: a gestão de produção e material (vai além de plantar, colher, produzir, sendo necessária uma boa gestão do antes, compra de insumos, e o depois, armazenamento e transporte); A gestão mercadológica (o marketing na propriedade rural apresenta-se como um conjunto de ações, estratégias adotadas pela empresa que são voltadas para atender aos anseios dos clientes, de modo lucrativo para a empresa); A Administração de recursos humanos (habilidade de administrar, de gerir as pessoas, respeitando os direitos e acordos estabelecidos no contrato e legislação) (SILVA; BUSS, 2011).

Em se tratando da gestão de propriedades rurais, Silva e Buss (2011, p.15), fazem a seguinte constatação:

A gestão de uma propriedade rural hoje encontra tantos desafios quanto qualquer outra organização, porém por ser constituída em sua maioria por empresas familiares enfrenta desafios antagônicos como o amor e o dinheiro.

A sociedade tem a necessidade uma gestão rural que aponte o conjunto das ações que defina o que, quando e como produzir, controlar o andamento dos trabalhos e avaliar os resultados obtidos. A necessidade da gestão da propriedade rural visa, em um primeiro momento, a administração de custos e do capital de giro de cada atividade desenvolvida na propriedade e por outro lado, o correto posicionamento da propriedade junto ao mercado, ao produto e ao cliente (DALCIN et al., 2010).



No entanto, é preciso considerar que a gestão ou o modo eficaz de fazer a gestão depende do perfil do produtor, do seu nível de conhecimento e da sua assessoria técnica. Trata-se de domínios de conhecimentos que nem todos os agricultores possuem de forma igual. Para Silva e Buss (2011) é possível dizer que muitos produtores rurais fazem uso de distintos conceitos e práticas administrativas em suas propriedades, enquanto outros não estão preparados para atuar desta forma, sendo necessário o investimento em técnicas de gestão, para proporcionar o crescimento da propriedade, ou, em alguns casos, a própria sobrevivência da propriedade.

Conforme Buainain (2014, p. 228) é possível verificar que os agricultores encontram dificuldades na realização da gestão dado o domínio de um conjunto de elementos que precisam ter em mente.

O agricultor contemporâneo, mesmo o pequeno, precisa ter informação e conhecimento sobre as tecnologias disponíveis, e discernimento para escolher a mais adequada ao seu perfil e a sua dotação de recursos; precisa saber comprar e vender, realizar contratos e executá-los; precisa gerenciar os recursos humanos, ate mesmo a mão-de-obra familiar, a parte financeira da atividade, o uso dos instrumentos de política agrícola e de gestão de risco disponíveis. E preciso coordenar múltiplas atividades e alinhar os incentivos dos participantes, alocar o tempo disponível entre as varias atividades, organizá-las e gerenciar todo o processo produtivo (BUAINAIN, 2014, p. 228).

Conforme Carrieri e Aguiar (1993) os produtores, especialmente os familiares, faz sua gestão baseada nas práticas administrativas e agrícolas. Segundo Batalha et al (2005), a utilização pelos agricultores familiares brasileiros de técnicas de gestão é altamente insatisfatória. Esta situação deve-se a pouca cultura (formal e informal) do agricultor no assunto, ao baixo nível de qualificação dos técnicos extensionistas em tecnologias de gestão, à inadequação das ferramentas disponíveis na literatura, à descapitalização dos agricultores e às políticas públicas que não privilegiam os aspectos de gestão no setor, o que pode comprometer a sustentabilidade e competitividade destes empreendimentos. Para Silva e Buss (2011), gargalo na administração das propriedades rurais encontra-se no conhecimento prático: o produtor conhece e sabe fazer muito bem o manejo, o plantio e a criação, acaba



pecando na gestão administrativa, no controle de finanças, planejamento, gestão de pessoas (mão de obra), entre outros.

A gestão mais ou menos eficiente pode gerar perfis diferenciados entre os próprios agricultores. Andreatta (2009) em seu trabalho sobre os pecuaristas no Rio Grande do Sul aponta a existência de quatro perfis: 1) Pecuaristas Estacionários, 2) Pecuaristas Consolidados, 3) Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais e 4) Pecuaristas-Lavoureiros Especializados. Os primeiros apresentam uma produção de pecuária baseada na tradição com gestão deficiente ou quase nula, necessitando de outras rendas (como aposentadoria) para viver, o segundo perfil apresenta alguma organização na gestão pecuária, muito embora deficientes na geração de renda para a sobrevivência da família, o terceiro perfil organiza a gestão com base na pecuária de corte (com investimentos na atividade) e lavoura e arrendamentos, o que garante um nível econômico satisfatório para a família. Por fim, o quarto e último perfil são produtores com gestão empresarial da propriedade, com contratação de mão de obra e rebanhos melhorados. Na produção de leite, segundo trabalho de Wagner et al. (2004), a gestão e os investimentos na atividade diferem os produtores em moderno convencional (trabalho com gestão eficiente e tem o leite como atividade central da propriedade, dedica sua mão de obra nesta atividade), em transição (gestão menos eficiente, mas dedica sua mão de obra nesta atividade) e tradicional (o leite é uma atividade secundária, a mão de obra da propriedade pouco se dedica a atividade).

2.3 Gestão na agricultura familiar e a reprodução da mão de obra

De acordo com Carrié e Aguiar (1993) deve-se considerar que entre os agricultores, especialmente os familiares, as práticas administrativas e agrícolas não devem ser medidas pela eficiência econômica. Para os autores, os raciocínios econômicos não podem ser caracterizados pelo cálculo numérico dos riscos de suas decisões. Os agricultores atuam segundo uma racionalidade baseada nos seus conhecimentos empíricos, pelo ambiente físico e econômico. Brumer (2001) argumenta existir diferenças entre a racionalidade produtiva e de trabalho de um agricultor familiar comparativamente a um empresário capitalista. Para a autora, embora o agricultor familiar produza para o mercado, ele também precisa produzir para manter a família dentro da propriedade. Ou seja, a sua margem de poder de



decisão sobre como e no que vai investir é menor do que o empresário capitalista. Além disso, o empresário não precisa trabalhar com mão de obra da família, podendo demitir os trabalhadores quando for conveniente ou quando não precisar mais deles, enquanto que o agricultor familiar não pode demitir os trabalhadores, pois são membros da sua família.

Para Lima et al (1995) uma das principais características das propriedades é o fato da sua reprodução econômica e social ocorrer através da força de trabalho familiar. Com relação ao trabalho familiar e a execução do mesmo ser realizado pelos membros da família, Gasson e Errington (1993), consideram que, além dos proprietários serem os próprios gestores e possuírem laços de parentesco, vivem no empreendimento e todos são responsáveis pela geração de renda da propriedade. Conforme Abramovay et al. (1998), a agricultura familiar é o setor da agricultura onde os gerentes e administradores das propriedades rurais são os próprios trabalhadores rurais. Para Silvestro et al. (2001) na agricultura familiar não há separação entre negócio e família e o local de residência, muitas vezes, é também o local de trabalho. O agricultor realiza e desempenha um papel duplo pai e gerente, e hoje pode ser mais adequado considerar a família na propriedade rural como uma equipe de gestão (GASSON, et al.,1988).

A centralidade da família e o trabalho na agricultura familiar a tornam um dos setores do meio rural com maiores possibilidades de ter a continuidade da ocupação agrícola. De acordo com Gasson e Errington (1993), na agricultura familiar a passagem do patrimônio e a gestão da propriedade de geração a geração. Para Silvestro et al (2001, p. 25):

(...) não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. Em primeiro lugar, a esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão.

A continuidade ou manutenção da ocupação passa pelo processo de sucessão. Segundo Blum (2001), as propriedades são passíveis de sucessão – condição em que um dos filhos assume o lugar do pai, em caso de aposentadoria ou falecimento dos gerentes. A sucessão geracional pode ser vista como um dos principais centrais no que se refere à reprodução da mão de obra em propriedades familiares. Segundo Gasson e Errington (1993) a sucessão está diretamente relacionada como a



transferência da gestão dos negócios novas gerações, ou seja, transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores. Isso significa dizer que os filhos assumem o lugar dos pais como agricultores tocando as atividades, ou seja, renovando a mão de obra familiar.

Conforme Silvestro et al. (2001), de modo geral, a renovação da mão de obra na agricultura familiar, ocorre desde muito cedo através de um processo denominado socialização para o trabalho, e podem assumir uma forma estendida quando os filhos estiverem adultos, as crianças desde cedo trabalham com os pais, muitos filhos e filhas apreendem o ofício ajudando os pais nas atividades da propriedade familiar, e vão assumindo a responsabilidade sobre a propriedade até conquistarem a gestão plena. Para Gasson et al., (1988) é extremamente importante o treinamento que os pais passam aos futuros gestores, pois o negócio agrícola onde pais e filhos formam uma equipe de mão de obra e de gestão é essencial para manter a coletividade unidade familiar. Na verdade, em nenhum outro setor a interdependência entre a família e empresa é tão forte como na agricultura (GASSON, et al.1988; SPANEVELLO; LAGO, 2007).

Tradicionalmente, o modelo de renovação da mão de obra, é o modelo de sucessão tardia: o pai determina o momento em que o filho (geralmente o filho homem) deve assumir. Conforme Brumer (2007) não há mecanismos no Brasil que favoreçam a transferência gradativa da propriedade para os filhos. Segundo Paulilo (2004, p. 235), com o aumento da longevidade da população, especialmente dos mais idosos, “os que trabalham junto à família ficam na posição de dependente por longo tempo”. Em outras palavras, os pais ainda são a voz de comando na administração nas propriedades, mesmo os filhos estando preparados para assumir o negócio.

Os agricultores geralmente oferecem pouca abertura aos sucessores dentro da propriedade, seja na gestão dos negócios ou no comando de determinadas atividades. Em seu estudo, Abramovay et al. (1998) constatam que os pais conduzem a propriedade familiar sem a participação ativa e efetiva dos sucessores, apesar do aumento da expectativa de vida dos pais e do maior contato (em número de anos) entre eles.

Os filhos compartilham com os pais o trabalho na propriedade, esperando o momento da sucessão. Na concepção de Abramovay et al. (1998), a participação restrita dos sucessores pode comprometer o desenvolvimento da propriedade familiar



porque inibe a capacidade dos filhos em mostrar sua capacidade inovadora, seja no desenvolvimento da atividade agrícola ou na gestão, levando-os a buscar outras alternativas de vida. Ademais, segundo Brumer (2007), caso tenham interesse pela atividade agrícola, os filhos podem ficar trabalhando ao lado dos pais esperando pela sucessão ou podem buscar outra atividade enquanto esperam, podendo perder a motivação para exercer a atividade agrícola e para a sucessão.

Atualmente, fatores como a escassez de terras, a migração, a mecanização e a diminuição da necessidade de mão-de-obra familiar, a força dos valores urbanos sobre os filhos, a falta de sucessores e a presença só de filhas mulheres, tornam a renovação da mão de obra um processo dinâmico e não centrado apenas do modelo tradicional de sucessão tardia. Segundo Gasson e Errington (1993) as formas de sucessão são muitas e variam conforme as estratégias montadas pelos pais para garantir que pelo um dos filhos fique e, com isso, garantir a renovação da mão de obra, tais como: estabelecer o filho em outra propriedade de forma independente, possuindo sua forma própria de gerir o negócio agrícola, com independência financeira, assumindo a propriedade paterna quando o pai se retirar ou se aposentar; em propriedades separadas com compartilhamento de infraestrutura como máquinas, mas como independência financeira; e parceria onde divide o trabalho com o pai e toma decisões em comum acordo.

O trabalho de Spanevello et al. (2014) mostra que os pais, com o objetivo de garantir a mão dos filhos nas propriedades tem lançado distintas estratégias de cunho material e simbólico. Segundo os autores, as estratégias materiais envolvem compra de terras (colocadas em nome dos filhos), carros, motocicletas e investir em novas atividades produtivas, enquanto que as estratégias de cunho simbólico buscam reforçar o gosto ou a vontade de ser agricultor e permanecer na agricultura.

A renovação da mão de obra através da sucessão pode ser bem-sucedida e muito benéfica para propriedade. Como o sucessor geralmente é filho do gestor, além dos bens tangíveis (físicos), são transferidos bens intangíveis, como o conhecimento tácito adquirido através da convivência durante as atividades cotidianas do gestor, que repassa o conhecimento explícito (KIYOTA; PERONDI, 2014). Isso pode minimizar os problemas oriundos da troca repentina de gestores de determinado empreendimento, pois o sucessor não precisaria de um período para conhecer a atividade, a propriedade



em si e os valores da família e, a partir disso, pode manter ou transformar a estratégia de gestão (KIYOTA; PERONDI, 2014)

Atualmente, a manutenção da mão de obra familiar para exercer o trabalho e a gestão de propriedades tem-se apresentado como um tema preocupante dentro da questão do desenvolvimento rural. Esta preocupação tem sido gerada pelo fato de muitos filhos de agricultores não estarem mais construindo a perspectiva de suceder os pais como mão de obra nas propriedades, nem como gestores dos negócios e do patrimônio, tais com mostram os estudos pioneiros de Abramovay et al. (1998) e Silvestro et al. (2001) sobre esta questão na região sul do Brasil.

Esta preocupação é reforçada quando se analisa os dados populacionais referentes ao meio rural brasileiro. Em 2010, a população rural representava 15,6% (em torno de 15 milhões de pessoas) do total da população rural brasileira com a perspectiva que em 2050 caia para 8% (ficando em torno de 8,2 milhões de pessoas) (DIEESE, 2014). Ainda, considerando a ocupação das propriedades rurais, segundo o DIEESE (2014), aponta que em 1985 havia quatro pessoas envolvidas no trabalho, já em 2006 reduziu para 3,2 e em 2013 chegou a 2,7 por propriedade. As projeções para 2050 demonstram que deveremos ter 1,7 ocupados por propriedades rurais.

Considerando a população juvenil, conforme exposto na Tabela 2, verifica-se que desde o Censo populacional de 1970 até último Censo realizado em 2010, o número de jovens residindo no meio rural tem diminuído. Esta diminuição é registrada tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul com registro mais acentuado a partir da década de 1980.



Tabela 2 - Representação da população juvenil brasileira e do estado do Rio Grande do Sul (15 a 24 anos) segundo os Censos Demográficos.

Brasil	1970	1980	1991	2000	2010
Total População Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618	29.821.150
(%)	100%	93,90%	87,30%	77,80%	72,60%
Redução (%)	-	6,10%	12,70%	22,20%	27,40%
Total População Juvenil	4.540.106	4.344.708	3.859.831	6.333.199	6.629.250
(%)	100%	95,60%	85,01%	139,40%	146,01%
Redução (%)	-	4,40%	14,99%	-39,40%	-46,01%
Rio Grande do Sul					
Total População Rural	3.110.602	2.523.825	2.142.128	1.869.174	1.593.088
(%)	100%	81,10%	68,80%	60,09%	51,20%
Redução (%)	-	18,90%	31,20%	39,91%	48,80%
Total População Juvenil	355.349	301.231	197.801	300.045	232.654
(%)	100%	84,70%	55,60%	84,40%	65,40%
Redução (%)	-	15,23%	44,40%	15,60%	34,60%

Fonte: IBGE – Dados dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Este cenário descrito acima pode gerar implicações na reprodução da mão de obra no meio rural, especialmente através da sucessão geracional. A saída dos filhos de agricultores pode trazer a diminuição da força de trabalho derivadas das dificuldades de sua manutenção no campo. Para Maia (2014), a saída dos filhos dos agricultores acarreta no esvaziamento demográfico rural. Estudos pioneiros como de Camarano e Abramovay (1999) já mostravam as tendências do meio rural brasileiro em apresentar processos sociais como o envelhecimento (quando saem os filhos e ficam apenas os pais) e a masculinização (quando saem mais as moças e permanecem mais os rapazes, os quais apresentam dificuldades em constituir novas famílias) do campo devido a saída expressiva dos filhos de agricultores do campo, a exemplo do que aconteceu com países europeus como a França ainda em 1960. De Mera e Neto (2014) em estudo na região do Corede Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul, também reforçam a saída dos jovens representa diminuição da mão de obra no campo e o fortalecimento do envelhecimento, assim como também aponta o trabalho Froehlich et al. (2011) na região central do Rio Grande do Sul.



Andreatta (2009) reforça que a perspectiva dos agricultores poderem contar com a mão de obra dos filhos é um aspecto importante para a tomada de decisões quanto aos investimentos de médio e longo prazo a serem feitos nas propriedades. Quanto maior a perspectiva da permanência da mão de obra, maiores as chances de realização de investimentos em maquinários, terras, entre outros.

Uma das estratégias para superar as dificuldades de quando a mão de obra dos filhos não permanece por parte dos agricultores tem sido o investimento em tecnologia. Segundo Garcia (2014) e Kischener (2015), a falta de mão de obra faz com que os gestores invistam em mecanização, possibilitando aumento de produção e produtividade em determinadas cultivos, basicamente grãos (soja), porém cultivos mais diversificados tendem a ser deixados de lado. Estão tentando suprir a falta de mão de obra com a tecnologia, porém, “[...] passam pelo crivo da viabilidade econômica, da competitividade e sustentabilidade em mercados cada vez mais exigentes” (GARCIA, 2014, p.562).

No entanto, ainda que os agricultores consigam suprir a mão de obra com tecnologias, a ausência dos filhos representa também a perda do capital inovador, pois, geralmente, são as novas gerações que tendem a estar a frente dos conhecimentos técnicos e de gestão que podem melhorar os rendimentos econômicos das propriedades (SILVESTRO et al. 2001; SPANEVELLO, 2008).

Para Kischener (2015), a falta de mão-de-obra como um fator limitante inclusive para o futuro nas atividades agrícolas familiares. Segundo o autor (2015, p. 85)

Ainda que as perspectivas atuais sejam positivas, frente às dificuldades de sucessão geracional e ao encarecimento da mão-de-obra no meio rural e também pela quase ausência de prestadores de serviços, os agricultores envelhecidos estão cientes de que deverão reduzir a área plantada, adotar estratégias outras para se manter no meio.

Para Spanevello (2008) e Boscardin (2017), a ausência dos filhos gera a diminuição da produção agropecuária nas propriedades, especialmente aquelas em que necessita de mão de obra, como é o caso da atividade leiteira. Segundo Boscardin (2017), a atividade leiteira exercida por agricultores familiares sem sucessores (aqueles em que os filhos já saíram das propriedades e não apresentam perspectiva de retorno para tocar o negócio agrícola) tende a acontecer até o



momento da aposentadoria, pois quando os pais atingem a idade para receber o benefício deixam a atividade. Além disso, a ausência da mão de obra suscita a perspectiva sobre os pais do que vai ser feito com a propriedade. Segundo estes estudos, os pais tendem a vender a propriedade e seguir para a cidade em busca de cuidados médicos e ficar próximos dos filhos, arrendar para terceiros ou mesmo esperar para ver o que os filhos vão querer fazer com a propriedade.

Considerações Finais

O objetivo do trabalho foi discutir a questão da mão de obra na gestão das propriedades familiares a partir da sucessão geracional. A partir das análises bibliográficas realizadas percebe-se que uma das características principais da agricultura é repassar os ensinamentos sobre a produção agropecuária desde cedo para os filhos com o objetivo que estes apreendam o ofício e o gosto pela ocupação.

Como resultado, os pais esperam que pelo menos um dos filhos permaneçam para tocar o negócio, renovando assim a mão de obra da propriedade. A sucessão geracional é o processo que garante a renovação da mão de obra nas propriedades e no meio rural.

No entanto, atualmente as propriedades familiares vivem as dificuldades e incertezas de sucessão geracional devido a desistência dos filhos pela ocupação paterna e pelo modo de vida no meio rural. Esta ausência de sucessores reflete na falta de mão de obra, sendo esta uma mão de obra qualificada, pois são os jovens que hoje possuem maior nível de escolaridade, maior acesso a informações e dominam os conhecimentos produtivos de forma mais eficiente que as gerações anteriores.

Esta falta de perspectiva que muitas famílias e propriedades enfrentam estão se tornando um gargalo na gestão rural da agricultura familiar, no desenvolvimento regional e no Agronegócio como um todo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al., **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ANDREATTA, T. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**. 2009. 241p.



Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada a agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2005.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3ª ed., Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 57-104.

BOSCARDIN, M. **Reprodução social da agricultura familiar**: uma análise demográfica em estabelecimentos familiares sem sucessores no município de Frederico Westphalen, RS. 2017, 165 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

BUAINAIN, A. M. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola – Brasília: Embrapa, 2014. p.211-240.

BRASIL. Lei n 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 26 mar. 2015.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 650 p.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016.

CARRIERI, A, P; AGUIAR, A. R. C. A transferência de gestão em unidades de produção familiar: a sucessão e a herança no bairro rural de Cardoso (M.G.). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 17.1993, Salvador. **Anais...** Salvador/BA, 1993.



DALCIN, D. et al. Gestão rural e a tomada de decisão: estudo de caso no setor olerícola. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 2010. Porto Alegre/RS. **Anais...**Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

DE MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. Envelhecimento dos produtores no meio rural na Região do Alto Jacuí/RS e consequente migração. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 759-774, 2014.

DE MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. Diminuição da População Rural na Região do Alto Jacuí/RS: Análise sob a Perspectiva dos Segmentos Rurais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 216-263, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos e Pesquisas Nº 74 - Outubro de 2014. Disponível em: <https://revistapoliticasocialedesenvolvimento.files.wordpress.com/2014/11/trabalhorural.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2017.

DIAS, E. P. Conceitos de gestão e administração: uma revisão crítica. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/160/16>> Acesso em: 14 out. 2016.

FROEHLICH, J. M et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n9/a10411cr3002.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2017.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 559-589.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GASSON, R. et al. The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics**, v. 39, n. 1, p. 1-41, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Demográficos, População Rural Tabela 200**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=200>. Acesso em: 17 mar. 2017.

KAY, R. D. **Gestão de propriedades rurais**. KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; WILLIAM M., DUFFY. A. P. (Orgs.). 7.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.



KIYOTA, N; PERONDI, M. A. Sucessão Geracional na agricultura familiar: Uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** – Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1012-1047.

KISCHENER, M. A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização**: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Pato Branco, 2015.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1081-1100.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR. **Curso técnico em agronegócio**: gestão de custos. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Rede e-Tec Brasil, SENAR (Orgs.). Brasília: SENAR, 2015.

SILVA, P.; BUSS, R.. N. A Administração na Pequena Propriedade Rural. **Revista São LuisOrione** - v.1 - n. 5 - p. 149-173 - jan./dez. 2011.

SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluratividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010. p. 183-207.

SILVESTRO, M et al.,. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: EPAGRI-NEAD, 2001.

SPANEVELLO, R. M. et al. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Orgs.) **Juventude rural, cultura e mudança social**. Argos: 2014, p. 163 – 188. .

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, R.M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Londrina, 2007, Londrina/PR. **Anais...**Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



WAGNER, S. A. et al. Padrão tecnológico em unidades de produção familiar de leite no Rio Grande do Sul relacionado com diferentes tipologias. **Revista Ciência Rural**, vol.34 nº.5 Santa Maria, Set./Out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782004000500039. Acesso em: 9 mai. 2017.